



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



243

HABEAS CORPUS N ° 0202107-6

IMPETRANTE: Bel. José Zito de Souza Ramos

PACIENTE: Emerson Leandro Gitirana da Costa

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

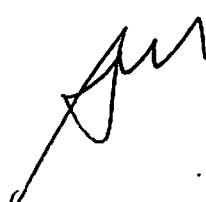
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS LIBERATORIO*. ATIPICIDADE DA CONDUTA. NULIDADE DA SENTENÇA POR INOBSERVÂNCIA DOS COMANDOS DOS ARTS. 33, §§ 2º E 3º, E 59, DO CP. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. ALEGAÇÕES QUE SOMENTE PODEM SER AFERIDAS MEDIANTE EXAME ACURADO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA DE *HABEAS CORPUS*. *ABOLITIO CRIMINIS*. INOCORRÊNCIA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONSUBSTANCIADO NA DEMORA DE ENCAMINHAMENTO DA APELAÇÃO A ESTE TRIBUNAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Relativamente à alegação de que o paciente não portava consigo a arma de fogo, mas sim observava um revólver que lhe foi oferecido para compra por um rapaz, o *writ* não comporta conhecimento da aludida matéria, dada a necessidade de exame aprofundado do material fático-probatório produzido nos autos, inviável em sede de *habeas corpus*;

2. Com a análise apenas da sentença condenatória, restou verificado que inexiste ilegalidade patente a ser sanada quanto à dosimetria da pena. Pelo contrário. Para se verificar a exatidão do enquadramento das circunstâncias judiciais que levaram o magistrado sentenciante a fixar a pena-base acima do mínimo legal, necessário se faz o exame de matéria fático-probatória, o que, como já dito, é

 6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



246

incabível na via eleita, sobretudo se o impetrante somente juntou aos presentes autos cópia da sentença guerreada;

3. Paciente condenado pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo, conduta não abarcada pela temporária descriminalização concedida ao crime de posse ilegal de arma de fogo pela Lei nº 11.922/2009, sendo inviável o reconhecimento da atipicidade da conduta, a qual somente pode ser reconhecida nos casos de posse;

4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0202107-6, em que figura como impetrante o Advogado José Zito de Souza Ramos, e como paciente Emerson Leandro Citirana da Costa, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de _____ de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 27 de Janeiro de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



247

HABEAS CORPUS N° 0202107-6

IMPETRANTE: Bel. José Zito de Souza Ramos

PACIENTE: Emerson Leandro Gitirana da Costa

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

RELATÓRIO

O Advogado José Zito de Souza Ramos impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Emerson Leandro Gitirana da Costa, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Capital/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 001.2009.067071-0, em que foi condenado à pena de 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente semi-aberto, cumulada à pena pecuniária de 50 (cinquenta) dias-multa, a razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 14 da lei 10.826/03, não lhe sendo concedido o direito de apelar em liberdade, em razão da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal.

Sustenta o impetrante que a conduta praticada pelo paciente é atípica, tendo em vista que no momento da prisão em flagrante delito não portava arma de fogo, mas sim observava um revólver que lhe foi oferecido para compra por um rapaz desconhecido. Afirmar, também, que deve ser reconhecida a *abolitio criminis*, em face do que determina os arts. 30 e 32 da Lei 10.826/03, c/c a Lei 11.706/08.

Argumentou, ainda, caso não seja reconhecido o pleito de *abolitio criminis*, que a sentença está eivada de nulidade, pois não observou as diretrizes do art. 33, §§ 2º e 3º, c/c o art. 59, todos do código Penal.

Por fim, afirma que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois se encontra preso há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem que o Douto Magistrado *a quo* tenha remetido o recurso de apelação criminal a este Tribunal de Justiça.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



248

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/10.

Decisão Interlocutória, às fls. 17/18, indeferindo o pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 24/25.

Em parecer de fls. 29/31, o Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Por meio deste *habeas corpus* pretende o impetrante, em síntese, o reconhecimento da atipicidade da conduta praticada pelo paciente, seja pela não caracterização do porte ilegal de arma, seja pela aplicação da *abolitio criminis* prevista nos arts. 30 e 32 da Lei 10.826/03, c/c a Lei 11.706/08, bem como, alternativamente, a declaração de nulidade da sentença, em razão da não observância às diretrizes do art. 33, §§ 2º e 3º, c/c o art. 59, todos do Código Penal. Requer, também, o reconhecimento de constrangimento ilegal em razão de o paciente encontrar-se preso há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem que o Douto Magistrado *a quo* tenha remetido a este Tribunal de Justiça o recurso de apelação interposto.

Pois bem. Não assiste razão ao impetrante.

Analisando-se os termos da sentença condenatória, anexada por cópia aos autos pelo impetrante (fls. 09/10), verifica-se que o paciente foi denunciado, juntamente com Paulo Vinícius de Lima, como incurso nas penas do art. 14, da Lei nº 10.826/03, pelo fato de, no dia 26.01.2009, por volta das 2h da madrugada, na Rua Alexandre Rodrigues Ferreira, no bairro do Ibura, nesta cidade, ter sido flagrado portando arma de fogo sem a devida autorização competente.

Immm

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



249

Relativamente à alegação de que o paciente não portava consigo a arma de fogo, mas sim observava um revólver que lhe foi oferecido por um rapaz desconhecido como objeto de compra, o *writ* não comporta conhecimento da aludida matéria, dada a necessidade de exame aprofundado do material fático-probatório produzido nos autos, inviável em sede de *habeas corpus*.

Ademais, no caso dos autos, o Exmº Magistrado *a quo* fundamentou a comprovação da autoria do delito nos seguintes termos (fls.9/10):

“(...)A autoria se acha devidamente comprovada dentro dos autos, convicção que nos arrastam a prova dos autos, em face dos seus interrogatórios no auto de prisão em flagrante, muito embora em Juízo o acusado PAULO VINÍCIO DE LIMA procurou negar afirmando que estavam vendo as armas quando a polícia chegou e os elementos jogaram no chão e correram, não prevalecendo esta versão, diante dos depoimentos do co-réu e das testemunhas, não havendo como negar a realidade dos fatos, como efetivamente narrados na peça vestibular e ocorridos.

A prova testemunhal produzida nos autos é por demais convincentes da culpabilidade dos acusados, demonstrando de forma inequívoca que os acusados praticaram o delito descrito na denúncia.

O autuado EMERSON LEANDRO GITIRANA DA COSTA, no auto de prisão em flagrante, às fls. 11, confessou que havia adquirido o revólver calibre 38 há cerca de 05(cinco) dias, pelo valor de R\$ 250,00 na feira de Peixinhos. Confessou que estava em companhia do co-réu e de mais três elementos quando houve a aproximação da viatura policial e tentou evadir-se, mas, foi preso.

PAULO VINÍCIUS DE LIMA, às fls. 12, confessou que havia adquirido a pistola 380 há cerca de três anos. Que, no dia da prisão colocou a arma na cintura para dar uma volta pelo bairro onde mora com o co-réu e mais três elementos quando surgiu uma viatura que fez a abordagem ao declarante e encontrou com ele a arma citada acima.(...)”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

249-A
F.L.S. Nº 40
JUN 2009

Como é cediço, a veracidade de tais alegações somente pode ser aferida com o revolvimento minucioso de matéria fático-probatória, providência esta incabível na via eleita, de cognição estreita, sobretudo se a sentença descreve conduta que se amolda perfeitamente ao porte ilegal de arma, tipificado no art. 14, da Lei nº 10.826/2003.

Da mesma maneira, não deve ser conhecida a alegação de nulidade da sentença em razão da não observância às diretrizes do art. 33, §§ 2º e 3º, c/c o art. 59, todos do Código Penal.

Com a análise apenas da sentença condenatória, verifico que inexistente ilegalidade patente a ser sanada quanto à dosimetria da pena. Pelo contrário. Para se verificar a exatidão do enquadramento das circunstâncias judiciais que levaram o magistrado sentenciante a fixar a pena-base acima do mínimo legal, necessário se faz o exame do material fático-probatório existente no processo originário, o que, como já dito, é incabível na via eleita, sobretudo se o impetrante somente juntou aos presentes autos cópia da sentença guerreada.

Não há como apreciar, na via eleita, as questões suscitadas pelo impetrante, com relação à atipicidade da conduta praticada pelo paciente e à nulidade da sentença no que se refere à dosimetria da pena, em virtude de não se admitir dilação probatória e valoração da prova, devendo essas questões serem eventualmente arguidas em recurso de apelação, espaço próprio para a análise da matéria.

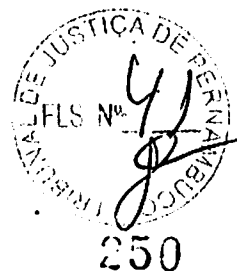
No que se refere ao argumento da *abolitio criminis*, sabe-se que a Lei nº 11.922/2009 prorrogou, até 31.12.2009, o prazo para que possuidores de arma de fogo solicitassem o registro das mesmas ou entregassem-nas, descriminalizando, durante este prazo, o delito de posse de arma de fogo no interior da residência. Entretanto, o mesmo não foi previsto para o crime de porte ilegal de arma de fogo, pelo qual foi condenado o paciente.

Em sendo assim, verificando-se que a descriminalização não abarcou o crime de porte ilegal de arma de fogo praticado pelo paciente, não há que se falar em *abolitio criminis* quanto a esta figura delitiva.

4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



Por oportuno, cita-se trecho do parecer da Procuradoria de Justiça, subscrito pelo Exmº Dr. Luiz Diogo Filho nos autos do presente *mandamus*, onde expõe o mesmo entendimento aqui defendido:

“(...) Ora, devido a sua própria natureza, a Ação Constitucional de Habeas Corpus não é sede processual apropriada para a valoração de elementos de prova e no caso concreto a peça inicial não foi devidamente instruída, de sorte que não existem elementos de convicção que possibilitem verificar a procedência das alegações do impetrante, seja relativamente a suposta inocência do paciente, seja no que diz respeito a qualquer nulidade do processo ou da r. sentença condenatória.

Os exames propostos ficam reservados para a apelação que, como visto, está tramitando pelo segundo grau de jurisdição, ressaltando-se que ao tempo do crime atribuído ao paciente somente a posse (não o porte) ilegal de arma de fogo era conduta atípica.(...)”

Por fim, através de pesquisa realizada no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça, restou constatado que em 14.12.2009, foram encaminhados a este Tribunal os autos do processo originário com o recurso de apelação interposto pelo paciente, restando distribuídos sob o número APL nº 0205224-4, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado também quanto a este ponto.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 27 de fevereiro de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator